

TÍTULO:

MULTITERRITORIALIDADE INDÍGENA PARA ALÉM DA LÓGICA NEOLIBERAL

PALABRAS CLAVE:

sistema mundo - neoliberalismo - territorialidade - indígena -
resistência

TEMÁTICA:

Población, genero e identidad

TIPO:

Presentación

ENVIADO POR:

Marcos Vinícius da Costa Lima <mvclima@hotmail.com>

FECHA DE ENVÍO:

2016-12-21 04:13

RESUMEN:

O sistema mundo colonial-moderno euro-norte americano tem engendrado, desde o pós-segunda Guerra Mundial, um novo modelo hegemônico que constantemente recria e implanta dispositivos técnicos, informacionais, políticos e jurídicos, no sentido foucaultiano, para reordenar diferentes formas de saberes, de crenças, de culturas, economias e políticas motivados a apropriação e controle de coisas e pessoas para retroalimentar a sua essência que é a mercantilização de tudo e de todos que atravessam as margens de seus interesses, mesmo que o espaço-temporal desses intentos estejam, relativamente distantes de suas objetivações imediatas. No centro desta análise é possível localizar as lutas sociais de resistência e de disputas políticas e territoriais, nos quais o direito a autoafirmação de identidades políticas e culturais tem sido o viés para o estabelecimento de diálogos à "negociação" de interesses difusos e de defesa de direitos humanos diferenciados frente a lógica do neoliberalismo. É neste centro de disputas que coaduna-se o campo de relações de forças do indigenismo, a onde se tem posicionado um conjunto de agentes neoliberais contraditórios (solidários), convergentes e divergentes aos interesses de povos indígenas. Como ilustração empírica, na região da Amazônia Oriental, tem insurgido entre outros movimentos indígenas, as ações coletivas de treze povos indígenas no baixo rio Tapajós, estado do Pará, objetivado no Conselho Indígena do Tapajós e Arapiuns (CITA), protagonizando a resistência no campo do indigenismo (campo na perspectiva de Bourdieu), configurando uma luta com ações esyratégicas multiescalar, local-global-local, de forma intercalada e, por vezes, simultânea.

No campo do indigenismo, os principais agentes concretos podem ser identificados como os possuidores de maior capital econômico e os de menor capital cultural, sendo que os detentores de maior capital econômico ou financeiro conseguem influenciar ou impor regras, subliminarmente ou não, funcionando como "dispositivos" de constrangimento aos detentores de maior capital cultural, porém, estes mesmos, são também possuidores de territórios tradicionalmente ocupados, geradores de grande interesse dos capitalistas financeiros, que buscam apropriar e ou usar o seu capital cultural e inclusive os seus territórios.

O movimento indígena, por sua vez, detentores de direitos consuetudinários e da cidadania constitucional, constantemente, são

violentados por meio de dispositivos classificatórios e excludentes de ordem administrativa cunhados pelas autarquias do estado. Tais dispositivos racistas e ilegais, tem servido aos capitalistas e aos seus representantes em determinados setores do estado, como forma de contrariar, constranger e limitar a participação dos indígenas. A prerrogativa da isonomia de direitos a consulta, participação, elaboração e implantação de políticas públicas ou de empreendimentos em territórios ocupados e ou de interesse indígena, têm sido desrespeitados, assim como essa mesma identidade indígena tem sido interpretada pelas diferentes instâncias da sociedade e do estado como índios diacríticos (monolítico), ligando os as imagens naturalizadas de índios do século XVI, a ponto de limitar lhes um papel político e social uniformizados aos espaços da floresta. Essas referências intencionalmente construídas pela externalidade da "sociedade moderna" vêm reforçando a negação de suas outras referências identitárias que são inerentes ao ser indígena contemporâneo. Visto que a mobilidade espacial e social tem permitido aos indígenas estabelecerem uma dinâmica no seu papel político e multiterritorial como uma de suas formas de resistência no campo do indigenismo.

O campo do indigenismo pode ser descrito a partir da posição tomada por seus agentes antagônicos, variavelmente de uma lado encontra-se os agentes hegemônicos: os capitalistas (empresários), autarquias do Estado, Organizações Não-governamentais ambientalistas e setores da igreja cristã (católicos e evangélicos) e do outro lado, fazendo oposição a estes, a posição contra-hegemônica dos povos indígenas, objetivados em movimentos sociais. Embora o Estado apareça aqui como agente antagônico, também assume o papel de arena no qual são travadas as disputas por interesses diversos, pois dependendo da conjuntura política, o Estado pode representar com maior ou menor intensidade as relações de força operando inter e entre instâncias e ou esferas de governança (universidades, secretarias, ministérios e diretórios) produzindo efeitos contraditórios que podem convergir ou não para os interesses dos grupos subalternizados. O objeto principal de disputa entre os grupos antagônicos tem como ponto de partida a terra e o território, no entanto os mecanismos necessário que credenciam os agentes em questão acessarem o campo do indigenismo são materializados no campo das lutas políticas, que obedecem a critérios de classificação identitária e da estrutura hierárquica administrativa e jurídica legitimada por acordos tácitos e ou explícitos pelas diferentes esferas e de representação política. A identidade étnica e ou cultural portanto, passam a ter valor no processo de negociação política.

A identidade indígena, embora remeta a questão étnica do indivíduo, terá peso político no processo de elaboração de políticas públicas, enquanto que no quesito étnico, os indígenas tem enfrentado intolerância por parte da sociedade envolvente, engessando o acesso do cidadão indígena aos direitos consagrados pela legislação constitucional. Tais fatos são reforçados pelas diferentes práticas de racismo, estabelecido como sistema liminar em sua diversas subjetividades no qual a vida indígena se realiza junto a sociedade. É notório na sociedade contemporânea, porém negligenciada pela mesma, os indígenas desempenharem diferentes papéis identitários, que ainda causam estranhezas e resistência na perspectiva dos grupos sociais velados pela colonialidade ocidental.

Os indígenas no baixo rio Tapajós, portanto vem assumindo cada mais papéis principais no comando das diretrizes na vida pública da região. Tais identidade estão sendo distribuídas de acordo com as

territorialidades estabelecidas pelos indígenas. A identidade de ocupação profissional que exige direitos trabalhistas para o pescador indígena, agricultor indígena, servidor público indígena. Assim como identidades culturais que exigem tratamentos específicos reconhecidos pela legislação local e nacional como a educação, saberes tradicionais, cosmologias indígenas, da mesma forma para as identidades sociais (línguas), identidades homoafetivas, identidades religiosas, identidades geracionais e de gênero que estão exigindo um repensar as novas políticas para que os diferentes grupos indígenas possam se reproduzir territorialmente as identidades plurais frente a logica individualista do sistema mundo neoliberal.